

Sem negociar, a Argentina adota moratória de 27 meses

ANA MARIA MANDIM
Especial para o Estado

BUENOS AIRES — Na Argentina, uma moratória da dívida interna foi estabelecida logo após a posse do presidente Carlos Saúl Menem e não resultou de uma negociação entre os investidores e o governo. Na verdade, significou uma decisão unilateral das atuais autoridades econômicas, de refinanciar títulos lançados durante a gestão do ex-presidente Raúl Alfonsín. Com a operação, o novo governo conseguiu adiar por um período de até 27 meses o pagamento de títulos no valor global de US\$ 1,4 bilhão.

Em março deste ano, a dívida interna total ascendia a 280,358 bilhões de austrais (US\$ 6,8 bilhões, calculados pela cotação média do dólar em março, 40 austrais): 77,752 bilhões de austrais em títulos do Tesouro e 202,606 bilhões de austrais em títulos do Banco Central. Esses valores representavam pouco mais de 10% da dívida externa argentina na época, de US\$ 58 bilhões.

Parte da dívida interna correspondia aos pagamentos acumulados de 12 títulos públicos colocados a partir do lançamento do Plano Austral, em junho de 1985. Esses títulos serviram para refinanciar, por sua vez, Certificados de Pagamento da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) que iam vencer e que o governo não pretendia resgatar naquele momento. O Austral limitava as emissões.

Com a espetacular alta de 1.525% do dólar, na fase hiperinflacionária de março a julho, e a consequente desvalorização do austral, a dívida interna "se diluiu" em 30%, caindo para US\$ 4,930 bilhões. Por isso se comenta entre economistas e técnicos do governo que a hiperinflação também contribuiu para a "moratória". Em agosto, venciam aqueles títulos. Em vez de pagá-los, o Banco Central trocou-os por um novo papel, o Bocon (Bônus de Consolidación), com várias modalidades de indexação (pela cotação oficial

do dólar, pelo mercado paralelo, por um sistema de preços combinados e pelas taxas de juros) e maiores prazos de resgate, podendo ser negociado na Bolsa de Valores.

A medida provocou protestos e é possível que resulte em alguns processos judiciais, mas o governo parte do princípio de que esta é a cota de sacrifício que cabe aos investidores, uma vez que o conjunto da sociedade — trabalhadores, empresários e Estado — está pagando o preço do programa de estabilização econômica. O refinanciamento da dívida foi definido no texto da Lei de Emergência Econômica, recentemente aprovada. Entre outras providências drásticas, essa lei suspende por seis meses, renováveis por mais um semestre, todos os subsídios ao setor privado.

Alguns bancos, especialmente os estrangeiros, estão resgatando Bônus de Consolidación de seus clientes de primeira linha. É verdade que o refinanciamento compulsório da dívida interna foi absorvido pelo sistema financeiro como consequência também do clima de confiança criado pelo programa de governo.

Mas estes não são os únicos compromissos do Banco Central. Para recompor as reservas que, em julho, no auge do processo hiperinflacionário, haviam baixado a US\$ 80 milhões, o Banco Central começou a emitir para comprar os dólares convertidos pelos exportadores à nova cotação fixada pelo governo: 650 austrais. Até agora, foi emitido o equivalente ao volume atual das reservas, US\$ 1,8 bilhão.

O total da dívida interna remunerada da Argentina em agosto deste ano, segundo dados da Fundação Mediterrânea (instituição financiada por empresas privadas argentinas), era de 3,142 trilhões de austrais (US\$ 4,834 bilhões) — 1,373 trilhão de austrais em depósitos indisponíveis (US\$ 2,113 bilhões); 882,342 bilhões em títulos públicos (US\$ 1,357 bilhão) e 886,449 bilhões em letras (US\$ 1,363 bilhão).